

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL GCA/DIUC Nº 006/2020

1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO

EMPREENDEDOR	ARCELOR MITTAL SUL FLUMINENSE S.A.
CNPJ	60.892.403/0022-49
Empreendimento	Fazendas Bom Sucesso e Riacho
Localização	Município Vazante e Paracatu/MG; Zona rural
Nº do Processo COPAM	06115/2005/003/2012
Código – Atividade (Cf. DN COPAM 74/04)	G-01-05-8 Culturas Perenes exceto cafeicultura (Mangicultura) Classe 3;
	G-03-02-6 Silvicultura classe 5
Classe	Classe 5
Fase de licenciamento da condicionante de compensação ambiental	Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC)
Nº da condicionante de compensação ambiental	03
Fase atual do licenciamento	REN LO
Nº da Licença	Certificado de Licença Ambiental REN-LO nº 044/2019 (pág. 32), datado 09/05/2019
Validade da Licença	10 anos com vencimento em 27/04/2029
Estudos Ambientais	EIA/RIMA
Valor de Referência do Empreendimento - VR	R\$ 176.970.806,63
Valor de Referência do Empreendimento – VR¹ Atualizado	R\$ 178.318.049,99
Grau de Impacto - GI apurado	0,5000%
Valor da Compensação Ambiental	R\$ 891.590,25

¹ Fator de Atualização Monetária baseado na variação de ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de junho/2019 à dezembro/2019 utilizando a Taxa: 1,0076128- TJMG/MG

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1- Introdução

O empreendimento em análise Arcelor Mittal Sul Fluminense S.A. localiza-se nos municípios de Vazante e Paracatu/MG na sub-bacia do Rio Paracatu, pertencente a bacia hidrográfica estadual do Rio Paracatu que, por sua vez, pertence à bacia hidrográfica federal do Rio São Francisco , UPGRH SF7.

O processo administrativo de licenciamento COPAM 06115/2005/003/2012, aberto na SUPRAM Noroeste de Minas – SUPRAM NOR, visa a Renovação da Licença de Operação Corretiva **REN-LO nº 044/2019** (pág. 32, PA), em face da não apresentação do EIA/RIMA para projetos agrossilvipastoris com mais de 1.000 ha, de acordo com a Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. O processo de licenciamento em questão recebeu condicionante de compensação ambiental nº 03, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF Nº 55/2012(PU 0749774/2017,p.2/16).

São duas fazendas, Bom Sucesso e Riacho, que são interligadas formando o mesmo complexo produtivo e possuem a mesma Licença de Operação Corretiva (LOC 028/2008 – processo 06115/2005/001/2006) além de duas Certidões de Não Passível (461090/2010 e 329862/2011) que autoriza a produção de 272.243,20 mdc/ano.

Conforme citado no PU nº 0749774/2017 as atividades principais do empreendimento são: silvicultura; produção de carvão vegetal oriundo de florestas plantadas; criação de bovinos de corte extensivo; cultura perene, exceto cafeicultura (mangicultura); viveiro de produção de mudas; ponto de abastecimento; projeto agropecuário irrigado (PU p.3/16).

Atividade	Código	Medidas/Capacidades
Mangicultura	G-01-05-8	173 ha
Silvicultura	G-03-03-6	23.028,33 ha
Produção de Carvão Vegetal oriundo floresta plantada	G-03-03-4	272.243,20 MDC/Ano
Viveiro produção de mudas	G-01-08-2	1.000.000
Posto ou ponto de abastecimento	F-06-01-7	60m ³

De acordo com a DN 74/2004, a tabela acima demonstra as atividades requeridas no processo administrativo COPAM N° 06115/2005/003/2012.

Os estudos EIA/RIMA (estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) e PCA (Plano de Controle Ambiental) e ainda, Relatório de Cumprimento de Condicionantes foram apresentados pelo empreendedor e analisados pelos técnicos da Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas. Foi feita também vistoria no local do empreendimento em 08/06/2017, conforme auto de fiscalização nº 170543/2017, como mencionado à página 2/16 do PU Nº 0749774/2017 (SIAM).

Conforme apresentado à tabela 01, pág. 3/16 do PU Nº 0749774/2017 (SIAM) onde está representado o uso e ocupação do solo das fazendas Bom Sucesso e Riacho percebe-se que 59% do total da área das duas fazendas representa a área consolidada; 26% de reserva legal; 8% de vegetação nativa; 1% de hidrologia; e 6 % de APP e quase 0,46% como área de servidão administrativa.

A área de reserva legal destas fazendas estão devidamente inscritas no Cadastro Ambiental Rural – CAR, com área de 11.722,2431 ha, correspondem a 26% da área total das duas fazendas, atendendo ao percentual mínimo de 20% estabelecido pela Lei Estadual nº 20.922/2013 (pág. 9/16 do PU). As áreas de APP, reserva legal e uso consolidado estão compatíveis com as informações prestadas no CAR.

Destaca-se neste empreendimento a presença de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); aterro controlado; escola estadual de primeira a quarta série do ensino fundamental; entre outras infraestruturas.

A empresa tem como atividade principal a produção de carvão para suprir a demanda siderúrgica de produção de ferro gusa pelo Grupo Votorantin.

Como o empreendimento em análise foi considerado de *“significativo impacto ambiental, havendo assim a obrigatoriedade de se realizar a compensação ambiental”* para atendimento à Lei Federal nº 9.985/2000 – Lei do SNUC; ao Decreto nº 46.953/2016 e ainda à Resolução CONAMA nº 01/1986 e, diante das análises dos estudos ambientais apresentados (EIA/RIMA, RCA) e as informações prestadas no PU Nº 0749774/2017 (SIAM) executadas por técnico da Supram Noroeste de Minas – fica estabelecido a seguinte condicionante:

“Formalização perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados da publicação da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012”.

Dessa forma, a presente análise técnica tem o objetivo de subsidiar a Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, na fixação do valor da Compensação Ambiental e da forma de aplicação do recurso, nos termos da legislação vigente.

2.2 Caracterização da Área de Influência

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental – EIA as áreas de influência foram definidas de forma a delimitar espacialmente os impactos decorrentes da intervenção do empreendimento na sua região de inserção.

Tais áreas abordadas foram regulamentadas pela legislação vigente , pela localização do empreendimento na bacia hidrográfica (principalmente meio físico e biótico) e ainda pelas justificativas das definições das áreas de influência e incidência dos impactos gerados. Todos os registros são feitos na forma de mapeamentos.

Para os temas integrantes dos meios Físico, Biótico e Socioeconômico e Cultural, foram estabelecidas três unidades espaciais de análise: Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII).

Área Diretamente Afetada (ADA): “coincide com a área da propriedade” e corresponde às áreas efetivamente afetadas pelo empreendimento, e perfaz uma área de 44.947,16 hectares, onde temos duas áreas definidas como Fazenda Riacho (17.113,27 ha) e Fazenda Bom Sucesso (27.833,89).

Temos incluído as áreas onde foram implantados os cultivos de Eucalipto com o objetivo de produzir carvão para suprir a demanda das siderurgias que fornecem ferro gusa à empresa. A área total plantada de eucalipto nas duas fazendas é de 23.340,10 ha.

Com o objetivo de diversificar a produção o empreendedor possui também áreas plantadas com mangas (mangicultura), para produção de sucos e ainda pastagens para bovino de corte extensivo.

A produção de carvão se dá na fazenda Bom Sucesso, com capacidade de 272,243 mdc/ano (metro de carvão/ano). Haverá ampliações nos fornos. A Unidade de Produção de Carvão - UPC será implantada dentro de um dos talhões de produção de eucalipto, de forma a não ser necessário a interferências em áreas de mata nativa, sendo que a única supressão vegetal prevista é a própria colheita florestal (eucalipto plantado) (p. 18/ 152 RIMA).

Segundo o EIA, pág. 8/243, a área a ser revalidada na LOC é 272.243,20 mdc/ano, 173 ha de mangicultura, 9197 cabeças de ovinos e bovinos de corte, 483 ha de projeto irrigado, 23.361,61ha de silvicultura, 40m³ de posto de abastecimento, 1.000.000 de mudas (viveiro).

Área de Influência Direta (AID): área definida como “os locais que percebem os efeitos diretos, efeito de acidentes estruturais, observando como parâmetros aspectos físicos, bióticos e antrópico”.

Destaca-se aqui que as áreas das Fazendas Bom Sucesso e Riacho estão inseridas na Bacia do rio Paracatu, entre o rio Escuro e o rio Escurinho, constituindo os dois principais mananciais das propriedades. As atividades empreendidas impacta especialmente estes cursos d’água pelo assoreamento e contaminação das águas superficiais. Salientamos que o plantio da mesma cultura em grandes áreas impacta a região como um todo, tanto o solo, o clima, as águas superficiais, a flora e a fauna.

A movimentação de pessoas e máquinas tem como consequência o afugentamento da fauna, provocando diretamente uma alteração ecológica. No tocante ao meio socioeconômico, cabe ressaltar que, a operação do empreendimento não causa alteração nas estrutura de saúde, educação e demais serviços públicos dos municípios de Vazante e Paracatu, visto que a Votorantim tem como política a utilização de mão-de-obra local, ou seja, daquela atualmente residente na cidade.

Pelo contrário, na falta do empreendimento será impactado negativamente para o município, visto que reduzirá mão de obra, impostos, e valor adicionado aos municípios de Paracatu e Vazante.

Área de Influência Indireta (AII): foi delimitada em função das extensões dos impactos indiretos oriundos das atividades do empreendimento, que foi delimitada pela sub bacia hidrográfica dos Rios Escuro e Escurinho para os meios físico e biótico e para o meio socioeconômico, todo os municípios de Paracatu e Vazante. Os impactos podem ser positivos ou negativos.

2.3 IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando que o objetivo primordial da Gerência de Compensação Ambiental do IEF é, através de Parecer Único, aferir o Grau de Impacto (GI) relacionado ao empreendimento, utilizando-se para tanto da tabela de GI, instituída pelo Decreto 45.175/2009, ressalta-se que os “Índices de Relevância” da referida tabela nortearão a presente análise.

Esclarece-se, em consonância com o disposto no Decreto supracitado, que para fins de aferição do GI, apenas serão considerados os impactos gerados, ou que persistirem, em período posterior a 19/07/2000, quando foi criado o instrumento da compensação ambiental.

Considerações acerca do processo de licenciamento ambiental

O presente documento apresenta o Parecer Único – PU da SUPRAM Noroeste de Minas nº 0749774/2017, onde é sugerido o deferimento da Licença de Operação Corretiva para o empreendimento Fazendas Bom Sucesso e Riacho/Arcelor Mittal Sul Fluminense S.A. para as atividades de Culturas perenes (Mangicultura) (G-01-05-8); Criação de bovino de corte (G-02-10-0); Silvicultura (G-03-02-6); Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada (G-03-03-4), Viveiro de produção de mudas (G-01-08-2); Ponto de abastecimento de combustível (F-06-01-7), no município de Vazante e Paracatu.

O presente licenciamento (REN - LO), pág. 32 do Proc. SIAM 06115/2005/003/2012, se tornou necessário em função da necessidade de apresentação de EIA/RIMA por se tratar de projetos agrossilvipastoris como mais de 1.000ha para atendimento à Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986.

2.3.1 Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias

Foram identificadas as seguintes espécies ameaçadas de extinção:

“Três espécies encontram-se ameaçadas de extinção: Astronium fraxinifolium (Gonçalo), Myracrodruon urundeuva (aroeira) e Lafoensia pacari (didal). As duas primeiras encontram-se em estado Vulnerável de extinção, já a última, em situação pouco preocupante”. Neste trecho do EIA, pág. 108, e outros trechos deste relatório, foram usadas como referência uma literatura que encontra-se defasada em relação à legislação vigente. Adotamos aqui a Portaria MMA nº 443/2014 e o EIA, apesar de não estar datado, percebe-se que foi anterior a 2014 e portanto as espécies Astronium fraxinifolium (Gonçalo) e Myracrodruon urundeuva (aroeira) não se encontram mais na lista como ameaçadas de extinção.

Flora:

Espécie	Categoria de ameaça	Referência
<i>Lafoensia pacari</i> (didal)	VU (vulnerável)	Portaria MMA nº 443/2014

Fauna:

Espécie	Categoria de ameaça	Referência
<i>Leopardus guttulus</i>	VU (vulnerável)	Portaria MMA nº 444/2014
<i>Puma concolor</i>	VU (vulnerável)	Portaria MMA nº 444/2014
<i>Puma yagouaroundi</i>	VU (vulnerável)	Portaria MMA nº 444/2014
<i>Chrysocyon brachyurus</i>	VU (vulnerável)	Portaria MMA nº 444/2014

Considerando a presença de espécies ameaçadas de extinção e vulneráveis na área de influência do empreendimento este item **SERÁ considerado** para aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.2 Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras) (Justificativa para a não marcação do item)

*“Na fazenda Riacho, os ambientes de Cerrado ralo encontram-se bastante perturbados por atividades antrópicas desenvolvidas no passado (Figura 5.2.12). Os sinais mais evidentes da perturbação dessas comunidades é a perda da cobertura vegetal nativa e a proliferação de um estrato herbáceo composto, predominantemente, por espécies exóticas, como as gramíneas braquiária (*Brachiaria* sp.) e capim-gordura (*Melinis minutiflora*) (Figuras 5.2.13)”* EIA, pág. 111).

No EIA pág. 10 é mencionado que *“além da atividade florestal, objeto principal das propriedades, são desenvolvidas atividades de pecuária com o sistema de aluguel de pastagem. Trata-se de um manejo adotado em alguns talhões florestais permitindo este consórcio de florestas e pastagem”*...

Portanto, há informações consistentes sobre a presença de espécies alóctones, ficando claro que este item **SERÁ considerado** para fins de cálculo do GI.

2.3.3 Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação de ecossistemas especialmente protegidos e outros biomas

O empreendimento está inserido no bioma Cerrado (Mapa 2), mais especificamente, e com o objetivo de contextualizar a situação vegetacional das áreas de influência do empreendimento, foi elaborado o (Mapa 01), onde percebe-se a ocorrência de outros tipos de fisionomias vegetais na área de influência direta do empreendimento: Campo, Campo Cerrado, Floresta Estacional Semidecidual Montana e Vereda, que dividem o uso e ocupação do solo com eucalipto.

É importante deixar claro que existem fragmentos que incluem a fitofisionomia “Floresta Estacional Semidecidual Montana” parcialmente sobreposta a área diretamente afetada, ou seja, não há dúvida de que ocorreu interferências sobre a

vegetação, mesmo considerando as medidas mitigadoras implantadas pelo empreendedor.

O impacto da supressão de vegetação nativa que ocorreu a cada nova expansão das atividades destas fazendas acarretaram a fragmentação de habitats, perda de conectividade, redução da riqueza de espécies da fauna e flora e comprometeu a paisagem natural. Ressaltamos que esses impactos não são mitigáveis, porém são passíveis de compensação ambiental pela Lei Federal nº 9.985/2000 [...] a qual será condicionada. [...] Isolamento de populações animais: a fragmentação dos remanescentes florestais poderá causar o isolamento de algumas populações de aves e mamíferos. [...] Atropelamento e morte de animais: [...].

Diante do exposto, conclui-se que há elementos suficientes e concretos que subsidiem a marcação do item em questão, portanto, o mesmo **SERÁ considerado** na aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.4 Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos

Conforme Mapa 03 as Áreas de Influência das duas Fazendas Bom Sucesso e Riacho localizam-se predominantemente em locais de “Média e Baixa” probabilidade de ocorrência de cavernas segundo a classificação e dados disponíveis no CECAV/ICMBio.

Destacamos aqui, que através deste Mapa 03 percebe-se algumas áreas onde este empreendimento apresenta probabilidade “alta” de ocorrência de cavernas. Esta ocorrência se dá em área de influência indireta (AII) do empreendimento, em que constata-se a presença de 05 (cinco) cavernas cadastradas no banco de dados da CECAV/ICMBio – “Gruta do Seu Hugo, Toca do Cabeludo e Gruta do Bode”, as mais próximas da ADA e Gruta Gameleira e Toca Bagres”, mais distantes, mas dentro da AII.

No RIMA, pág. 123, é mencionado que em “*Vazante situa-se uma das maiores grutas do Brasil, conhecida como "Gruta da Lapa Nova", cuja extensão total é de 4.550*

metros, que possui grandes reservas espeleológicas”. Outra citação que cita a presença de cavidades cársticas na região é encontrada à pág. 40 do RIMA, onde é mencionado que “a formação vazante constitui um importante aquífero fraturado que esta associado a formações carsticas,...”.

Diante do exposto, conclui-se que, com os elementos apresentados este item **SERÁ considerado** na aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.5 Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.

Conforme consta no Mapa 04, e a partir dos critérios presentes no POA/2019 para definição de Unidades de Conservação Afetadas por empreendimentos pode-se afirmar que o empreendimento em questão **NÃO** afeta nenhuma Unidade de Conservação, sendo assim, o referido item **NÃO será considerado** na aferição do grau de impacto (GI).

2.3.6 Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme ‘Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação’

O Atlas da Biodiversidade é um documento elaborado para definir as áreas prioritárias para conservação da Biodiversidade, bem como, estabelecer as diretrizes e recomendações importantes para garantir a manutenção da qualidade ambiental e da diversidade biológica do Estado. O documento é aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental/ COPAM – por meio da Deliberação Normativa nº 55 de 13 de junho de 2002 - o que significou o reconhecimento das informações contidas no Atlas como um instrumento básico para a formulação das políticas estaduais de conservação.

“O conhecimento das áreas e ações prioritárias para a conservação do uso sustentável e para a repartição de benefícios da biodiversidade brasileira é um subsídio fundamental para a gestão ambiental.

A indicação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade se justifica devido à pequena disponibilidade de recursos, humanos e financeiros, frente à grande demanda para a conservação.”¹

Conforme pode ser verificado no Mapa 05, o empreendimento está localizado em área de **MUITO ALTA** prioridade para a conservação.

Dessa forma, o item **SERÁ considerado** na aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.7 Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar

“O principal impacto de todas as atividade presentes nas fazendas, e que se destaca seria a alteração da qualidade do ar devido ao funcionamento dos fornos de carbonização”(pág. 239 EIA).

“Quanto ao Meio Físico, os impactos verificados são inerentes a atividade, ou seja, a ocorrência de erosão, alteração do solo e conseqüente alteração da qualidade das águas”(pág. 239, do EIA).

Ainda que tenham sido previstas medidas mitigadoras e alguns impactos sejam de baixa magnitude, considera-se que o empreendimento desenvolve atividades que tem como consequência a “Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar”. Portanto, o referido item **SERÁ considerado** na aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.8 Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais

Conforme mencionado na pág. 8/16 do P.U. nº 0749774/2017 (SIAM), “a utilização de recursos hídricos pelo empreendimento é caracterizada por pontos de captação subterrânea regularizados por meio de processos de outorga nºs: 11368/2012; 11367/2012; 11363/2018; 11366/2012; 262/2016; e por pontos de captação superficial regularizados por meio dos processos de outorga nºs: 11369/2012; 11373/2012; 11372/2012; 44108/2016; 24298/2012; 24299/2012; 24303/2012”.

¹ FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação/B615 / Gláucia Moreira Drummond, ... [et al.]. 2. Ed - Belo Horizonte, 2005. 222 p.: il color., fots., maps., graf., tabs. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/atlas/>. Acesso em: 25/11/2019.

Tendo em vista o exposto, considera-se que há interferência na dinâmica hídrica local e, portanto, o item **SERÁ considerado** na aferição do Grau de Impacto (GI).

2.3.9 Transformação de ambiente lótico em lântico (Justificativa para a não marcação do item)

Segundo a resolução do CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005 denomina-se ambiente lótico como aquele relativo a águas continentais moventes (rios e riachos) e ambiente lântico é aquele em que se refere à água parada (lagos e lagoas), com movimento lento ou estagnado.

Nos estudos apresentados não foi informado a presença de barramento de curso d'água com a finalidade de captação. Diante do exposto o item em questão **NÃO será considerado** como relevante para aferição do GI.

2.3.10 Interferência em paisagens notáveis

Entende-se por paisagem notável – região, área ou porção natural da superfície terrestre provida de limite, cujo conjunto forma um ambiente de elevada beleza cênica, de valor científico, histórico, cultural e de turismo e lazer.

Neste contexto, não foram encontrados nos estudos ambientais apresentados nenhum indicativo de que o empreendimento interfira em paisagens notáveis. Diante dos fatos este item em questão **NÃO será considerado** para aferição do G.I.

2.3.11 Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa

Conforme citação da página 227 do EIA, “a principal fonte geradora de gases e particulados compreende a Unidade de Produção de Carvão, uma vez que a movimentação de carvão com a retirada dos fornos e o carregamento de caminhões geram uma quantidade significativa de particulados correspondendo ao pó de carvão, e a queima da madeira até a carbonização, é uma fonte de gases”. Mencionou ainda que “a movimentação de máquinas, equipamentos e veículos, assim como o preparo do solo, acarretará na emissão de particulados à atmosfera. Também a aplicação de

defensivos, que serão dispersos no ar, é outro fator de impacto. Devem ser considerados, ainda, os gases emitidos por veículos e motores estacionários”.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente², as emissões típicas da combustão de veículos automotores são: Monóxido de carbono (CO), Hidrocarbonetos (NMHC), Aldeídos (RCHO), Óxidos de Nitrogênio (NOx), Material Particulado, Metano (CH₄) e Dióxido de Carbono (CO₂), sendo os dois últimos gases de efeito estufa expressivos (MMA, 2011).

Assim sendo, este parecer considera que o empreendimento em questão contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa, ainda que em baixa magnitude. Portanto, o referido item **SERÁ considerado** no Grau de Impacto.

2.3.12 Aumento da erodibilidade do solo

“A colheita florestal, o revolvimento, a compactação e a construção de estradas e aceiros tendem a potencializar a erodibilidade dos solos existentes na propriedade. É um impacto negativo, de alta magnitude, local” (EIA, pág. 224).

Portanto, considerando que a adoção de medidas mitigadoras não impede a ocorrência de efeitos residuais, ainda que temporários, o item aumento da erodibilidade do solo **SERÁ considerado** na aferição do G.I.

2.3.13 Emissão de sons e ruídos residuais

Considerando os estudos apresentados no EIA (pág. 91), onde foram identificadas fontes de geração de ruído em vários locais dentro das propriedades em questão, usando uma metodologia adequada de medição dos ruídos, percebeu-se como conclusão que:

“Apesar da geração de ruído não constituir um aspecto importante na geração de impactos, o seu conhecimento e a aplicação de medidas atenuadoras permitirão uma melhoria contínua no desempenho ambiental da propriedade”.

Mas não poderemos deixar de enfatizar a importância da repercussão das emissões de sons e ruídos quando pensamos na fauna presente na área do empreendimento

² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários. Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental: Brasília, 2011.

que, com certeza se sentirá ameaçada, sendo afugentada. A fauna será diretamente impactada. A pressão sonora tem um forte impacto sobre determinadas espécies da fauna, especialmente sobre espécies de aves e anfíbios anuros, pois estas, em sua maioria, dependem da vocalização para interações sociais, localização, reprodução, detecção de predadores e forrageamento.

Dessa forma, independentemente da magnitude e ainda que medidas mitigadoras sejam aplicadas este parecer entende que o item “emissão de sons e ruídos residuais” **SERÁ considerado** para a aferição do Grau de Impacto (GI).

2.4 INDICADORES AMBIENTAIS

2.4.1 Índice de Temporalidade

Segundo o Decreto Estadual 45.175/2009 o Fator de Temporalidade é um critério que permite avaliar a persistência do comprometimento do meio ambiente pelo empreendimento.

O Fator de Temporalidade pode ser classificado como:

Duração	Valoração (%)
Imediata 0 a 5 anos	0,0500
Curta > 5 a 10 anos	0,0650
Média >10 a 20 anos	0,0850
Longa >20 anos	0,1000

Os impactos gerados nas atividades exercidas pelo empreendedor ArceloMittal Sul Fluminense S.A., em suas fazendas Bom Sucesso e Riacho são caracterizados como significativo impacto ambiental, uma vez que os bens extraídos do solo do bioma Cerrado, apesar de serem recursos renováveis geram impactos à fauna, flora, solo, água e ar, tanto nos aspectos geológicos como paisagístico, e que estes ambientes impactados não voltarão a ser como os originais, o que enseja a compensação ambiental.

Considerando que certos impactos permanecerão, principalmente porque as principais atividades exercidas pelo empreendedor – silvicultura e produção de

carvão - são por tempo indeterminado e/ou possuem potencial de recuperação a longo prazo, considera-se para efeitos de aferição do GI o Índice de Temporalidade como “**Duração Longa**”.

2.4.2 Índice de Abrangência

Segundo o Decreto Estadual 45.175/2009 o Fator de Abrangência é um critério que permite avaliar a distribuição espacial dos impactos causados pelo empreendimento ao meio ambiente.

A área de interferência direta corresponde até 10Km da linha perimétrica da área principal do empreendimento, onde os impactos incidem de forma primária. O Decreto 45.175/2009 define como Área de Interferência Indireta aquela que possui abrangência regional ou da bacia hidrográfica na qual se insere o empreendimento, onde os impactos incidem de maneira secundária ou terciária.

Considerando a definição do índice de abrangência, bem como os impactos do empreendimento sobre a bacia hidrográfica em que está inserido (Sub bacia dos rios Escuro e Escurinho, bacia estadual do rio Paracatu, UPGRH SF7) , como alteração nos padrões de infiltração e do escoamento superficial, além de interferências nos níveis de qualidade das águas, decorrentes da contaminação por efluentes sanitários, óleos e graxas, e por deposição de sólidos e fragmentos de solo, considera-se uma interferência regional, a nível de bacia hidrográfica.

Dessa forma, tendo em vista o exposto, entende-se que alguns dos impactos ultrapassam o nível local e que interferências podem ser percebidas em outras escalas. Portanto, o Fator de Abrangência será considerado como “**Área de Interferência Indireta** do Empreendimento”.

3 - APLICAÇÃO DO RECURSO

3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de Referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI (tabela em anexo), nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

- Valor de Referência do empreendimento: R\$176.970.806,63
- Valor de Referência do empreendimento Atualizado: R\$178.318.049,99 (atualização pela Taxa TJMG – 1,0076128- de junho/2019 à dezembro/2019)
- Valor do GI apurado e usado no cálculo da compensação: 0,500%
- Valor da Compensação Ambiental (GI x VR): R\$891.590,25

A Declaração de Valor de Referência/Valor Contábil Líquido é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, baseado na memória de cálculo e balanço patrimonial da empresa, sendo esses documentos de sua total responsabilidade. Na análise técnica para fins de elaboração do presente Parecer, não realizamos a conferência desses documentos.

3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Seguindo os critérios estabelecidos no POA/2019, o valor total da Compensação Ambiental deverá ser distribuído da seguinte forma: 60% para Regularização Fundiária, 30% para Plano de Manejo, Bens e Serviços; 5% para Estudos para criação de Unidades de Conservação, 5% para Desenvolvimento de Pesquisas em Unidades de Conservação e Área de amortecimento e quando houver UC afetada 20% do total da compensação para unidades de conservação afetadas.

De acordo com o POA/2019, considera-se Unidade de Conservação Afetada aquela que abrange o empreendimento, total ou parcialmente em seu interior e/ou em sua zona de amortecimento ou que seja localizada em um raio de 3 Km do mesmo.

Conforme pode ser observado no Mapa 4 - Localização do Empreendimento x Unidade de Conservação, **NÃO** são visualizadas UC's afetadas pelo empreendimento.,

3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2019, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição do recurso	
Regularização fundiária das Ucs (60%)	R\$ 534.954,15
Plano de manejo, bens e serviços (30%)	R\$ 267.477,08
Estudos para criação de unidades de conservação (5%)	R\$ 44.579,51
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento (5%)	R\$ 44.579,51
Valor total da compensação (100%):	R\$ 891.590,25

De acordo com o Decreto 45.175/09, em seu art. 19 é mencionado:

Art. 19. Para empreendimentos agrossilvopastoris será concedida a redução de zero vírgula zero um por cento do percentual de GI apurado, para cada um por cento de reserva legal averbada acima do percentual mínimo exigido por lei, **desde que comprovado seu bom estado de conservação. (negrito nosso)**

O empreendimento em questão possui 26% da área total em reserva legal, *“superiores aquelas preconizadas na legislação vigente”* (como mencionado à pág. 147 do RIMA apresentado) porém em nenhum dos estudos apresentados e mesmo no relatório técnico da Supram Noroeste de Minas – PU nº 0749774/2017 SIAM – são mencionadas qualquer informação referente ao estado de conservação destas reservas legais, impedindo a aplicação do art. 19, do Decreto 45.175/09.

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão (Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto 45.629/2011).

4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 1418, Processo Administrativo Siam nº 06115/2005/003/2012, protocolado pela empresa Arcelor Mittal Sul Fluminense S.A., visando o cumprimento da condicionante de compensação ambiental, fixada na Renovação da Licença Operação (fls. 32), para

fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

O processo foi devidamente formalizado perante a Gerência de Compensação Ambiental –GCA/IEF e instruído com a documentação necessária prevista na Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O valor de referência do empreendimento foi apresentado sob a forma de planilha (fls. 49), muito embora a implantação do empreendimento tenha ocorrido antes de 19 de julho de 2000 (fls. 46). Isso porque, conforme justificativa do empreendedor à fls. 50:

“Declaramos para os devidos fins e a partes interessadas, que a Companhia ArcelorMittal Sul Fluminense S.A. apresenta anualmente suas demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes de forma consolidada e única, ou seja, não elaboramos balanço patrimonial e demonstração de resultados segregada para as usinas, centros de distribuição, fazendas e demais filiais da Companhia”.

Nesse sentido, o Decreto nº 45.629 de 07 de julho de 2011, estabelece que na falta do valor contábil líquido, o valor de referência do empreendimento será definido considerando-se o valor do investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento, *in verbis*:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento;

(...) g.n.

A planilha do valor de referência (fls. 49 PA nº06115/2005/003/2012) foi devidamente assinada por profissional legalmente habilitado, acompanhada da devida Certidão de Regularidade Profissional (fls. 52), em conformidade com parágrafo 1º do art. 11 do Decreto Estadual 45.175/2009:

§1º O valor de Referência do empreendimento deverá ser informado por profissional legalmente habilitado e estará sujeito a revisão, por parte do órgão competente, impondo-se ao profissional responsável e ao empreendedor as sanções administrativas, civis e penais, nos termos da Lei, pela falsidade da informação.

Assim, por ser o valor de referência um ato declaratório, a responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

Afirmamos que a sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor a título de compensação ambiental neste Parecer estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2019.

Isto posto, a destinação dos recursos sugerida pelos técnicos neste Parecer atende as normas legais vigentes e as diretrizes do POA/2019, não restando óbices legais para que o mesmo seja aprovado.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo encontra-se apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas - CPB do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este parecer contém 26 (vinte e seis) laudas.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2020.

Maria Regina Cintra Ramos

Analista Ambiental

MASP 1.253.009-

Patrícia Carvalho da Silva

Assessora Jurídica da DIUC/IEF

MASP 1.314.431-6

De acordo:

Renata Denucci

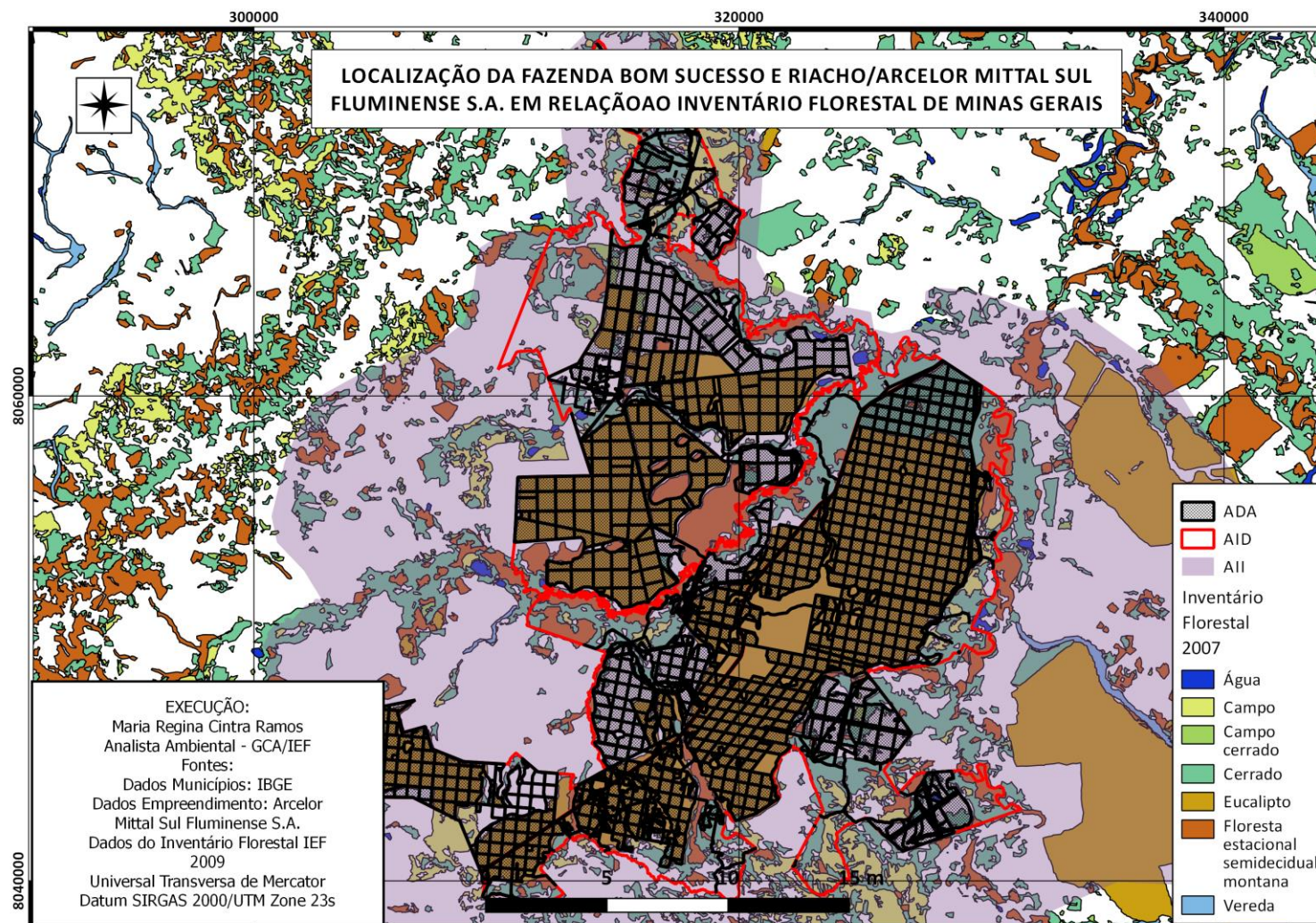
Gerente de Compensação Ambiental/GCA

MASP: 1.182.748-2

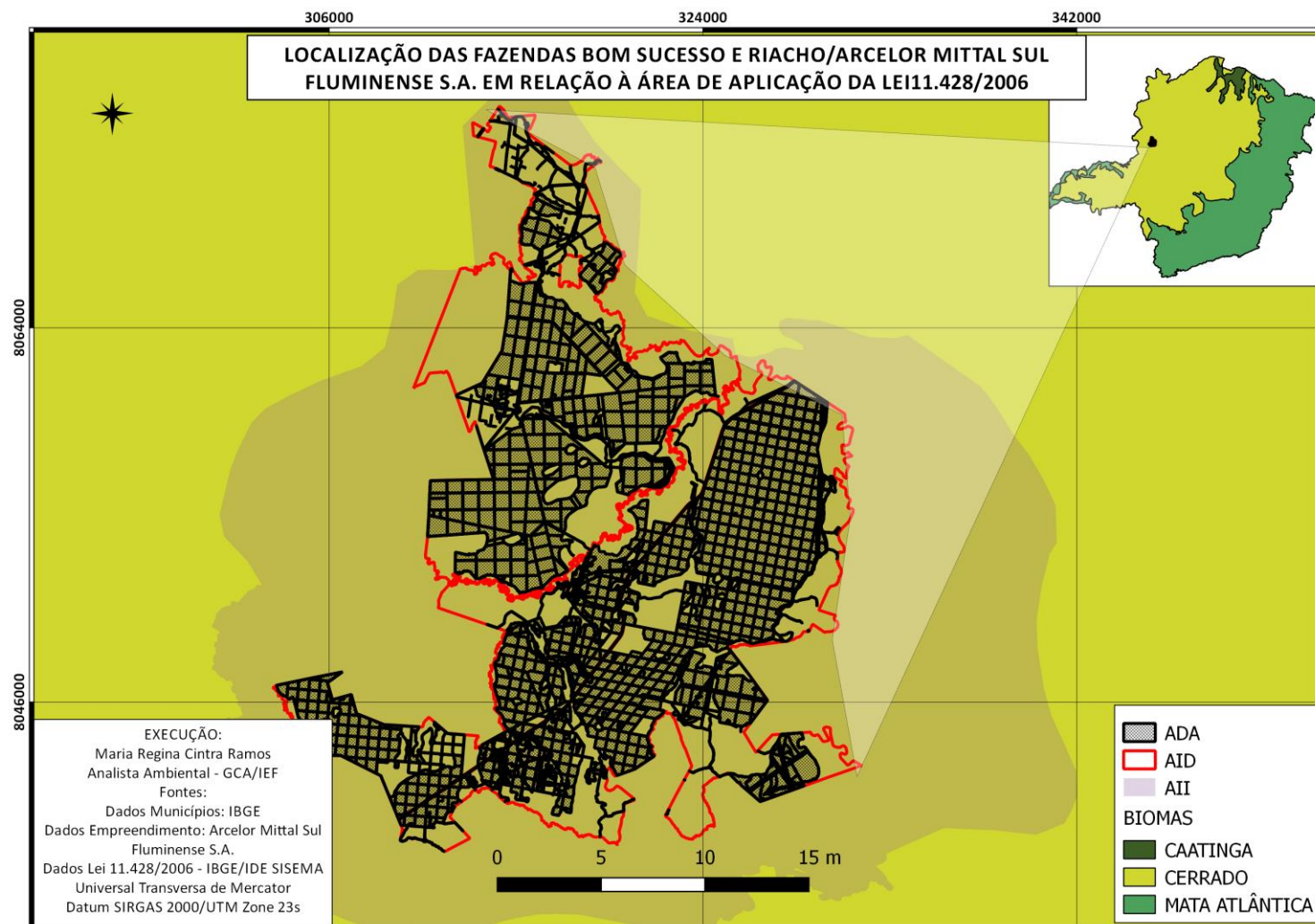
Tabela de Grau de Impacto - GI

Nome do Empreendimento		Nº Processo COPAM		
FAZENDA BOM SUCESSO E RIACHO		06115/2005/003/2012		
Índices de Relevância		Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.		0,0750	0,0750	x
Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).		0,0100	0,0100	x
Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação.	Ecossistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)	0,0500	0,0500	x
	Outros biomas	0,0450	0,0450	x
Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.		0,0250	0,0250	X
Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.		0,1000		
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas "Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação".	Importância Biológica Especial	0,0500		
	Importância Biológica Extrema	0,0450		
	Importância Biológica Muito Alta	0,0400	0,0400	x
	Importância Biológica Alta	0,0350		
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar.		0,0250	0,0250	x
Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais.		0,0250	0,0250	x
Transformação de ambiente lótico em lântico.		0,0450		
Interferência em paisagens notáveis.		0,0300		
Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.		0,0250	0,0250	x
Aumento da erodibilidade do solo.		0,0300	0,0300	x
Emissão de sons e ruídos residuais.		0,0100	0,0100	x
Somatório Relevância		0,6650		0,3600
Indicadores Ambientais				
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)				
Duração Imediata – 0 a 5 anos		0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos		0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos		0,0850		
Duração Longa - >20 anos		0,1000	0,1000	x
Total Índice de Temporalidade		0,3000		0,1000
Índice de Abrangência				
Área de Interferência Direta do empreendimento		0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento		0,0500	0,0500	x
Total Índice de Abrangência		0,0800		0,0500
Somatório FR+(FT+FA)				0,5100
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação			0,5000%	
Valor de Referencia do Empreendimento		R\$	178.318.049,99	
Valor da Compensação Ambiental		R\$	891.590,25	

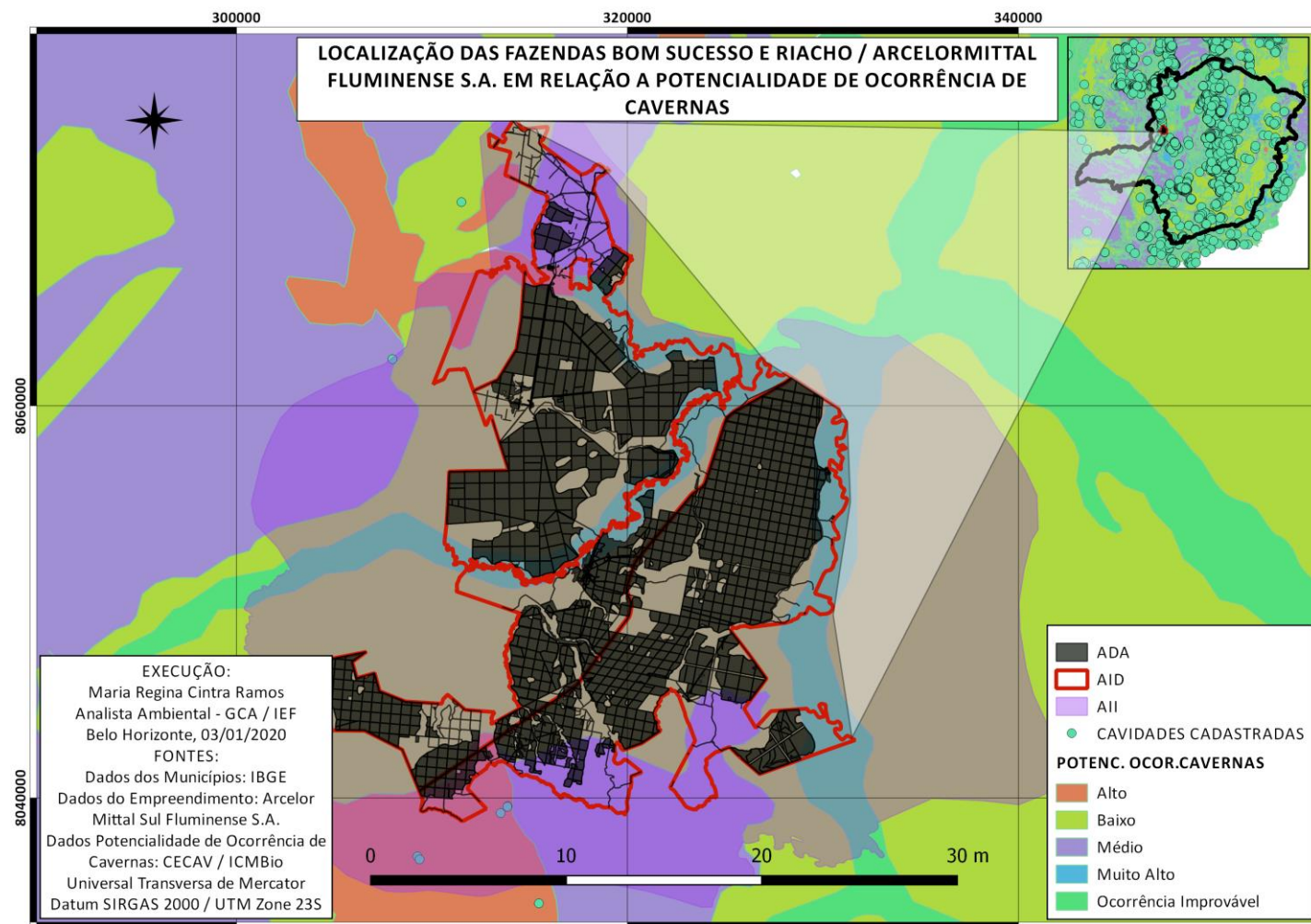
MAPA 01



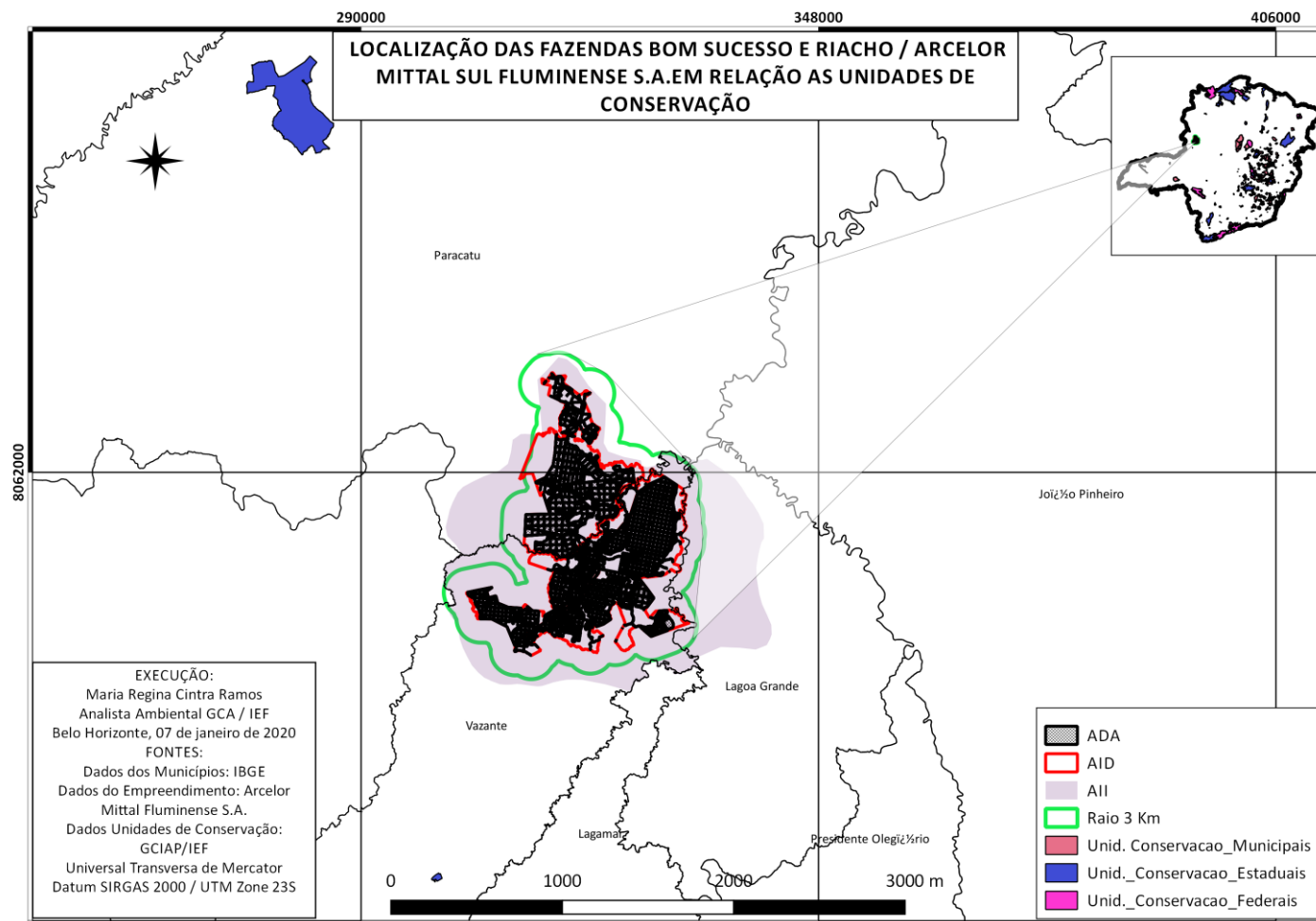
MAPA 02



MAPA 03



MAPA 04



MAPA 5

